

ATORES E PROCESSOS DA ECOLOGIA POLÍTICA INTERNACIONAL

ACTORS AND PROCESSES OF THE INTERNATIONAL POLITICAL ECOLOGY

Agripa Faria Alexandre¹

Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: O artigo propõe um modelo metodológico de análise da ecologia política internacional a partir da reflexão de que a dimensão de politização da temática da ecologia constitui um dos maiores processos do fenômeno da globalização, num ritmo dinâmico e dialético em função da democratização e diversificação das redes de comunicação (*ciberativismo*). O material empírico de análise engloba o papel simbólico dos atores e dos processos da ecologia política internacional por meio de estratégias de demonstração pública (*public demonstration*), especialmente de desobediência civil de ONGs ambientalistas internacionais, cientistas e grupos de ativistas que compõem a sociedade civil global. O artigo sublinha o papel dos atores internacionais da ecologia política no seu contínuo processo de agir comunicativo de seus propósitos para influenciar o rumo da civilização.

Palavras-chave: Atores e processos da ecologia política internacional. Ciberativismo. Desobediência civil. Demonstração pública. Sociedade civil global.

Abstract: The article proposes a methodological model for the analysis of international political ecology, structured in the idea that the politicization dimension of ecology is one of the most important processes of the globalization, in a dynamic and dialectical rhythm due to the democratization and diversification of the communication networks (*cyber-activism*). The empirical material of analysis encompasses the symbolic role of actors and processes of international political ecology through public demonstration strategies, especially civil disobedience of international environmental NGOs, scientists and activist groups that make up civil society global. The article underlines the role of international actors in political ecology in their ongoing process of communicative action to influence the course of civilization.

Key-words: Actors and processes of international political ecology. Cyber-activism. Civil disobedience. Public demonstration. Global civil society.

Recebido: 22/04/2017

Aprovado: 09/06/2017

Introdução

O artigo propõe um modelo metodológico de análise da ecologia política internacional. Para facilitar a compreensão, divide-se o artigo em quatro seções. Na primeira delas, faz-se a delimitação do enfoque conceitual-chave: o do papel dos atores e processos do ambientalismo político internacional. Na segunda seção, apresenta-se a ideia fundante da ecologia política internacional como um ambientalismo político de salvação do planeta de forma inescapável, o qual nasce da preocupação de variados grupos

¹ agripa.alexandre@gmail.com

ecológicos da sociedade civil que estabelecem estratégias de desobediência civil a fim de influenciar a dinâmica de decisão dos governos e dos fóruns oficiais internacionais. A linha de argumentação aqui visa oferecer um breve panorama sobre os fundamentos epistemológicos da ecologia política internacional. Por ecologia política internacional, entenda-se preliminarmente o deslocamento da discussão sobre o papel dos atores sociais do ambientalismo para o centro da teoria das relações internacionais e mesmo da teoria política moderna, em função da perda de prestígio epistemológico do humanismo e do antropocentrismo desde o surgimento da crise ambiental (ECKERSLEY, 1992; JOURNES, 1979; VIEIRA, 2001).

Na terceira seção, apresenta-se o papel dos atores e dos processos da ecologia política internacional em três dimensões de análise: a dimensão contra-hegemônica; a dimensão alternativa e a dimensão participante (CARDON & GRANJON, 2013; CASTELLS, 2007; 2013). A quarta seção mostra como ONGs ambientalistas internacionais, cientistas, grupos de ativistas de diferentes setores e a sociedade civil global (em manifestações de várias tendências) mobilizam processos de demonstração pública (*public demonstration*) para influenciar e promover as escolhas internacionais (ROSENTAL, 2011; 2013). Nessa seção, a ecologia política é estudada como política linguística (BELL, 2000), no sentido da comunicação ampliada sobre evidências científicas a respeito da crise ambiental, do uso de tecnologias ecológicas e de mudanças comportamentais requeridas, sendo também endossada pela juventude rebelde de diferentes países (INGLEHART, 1997; KRISCHKE, 2000). O artigo sublinha o papel dos atores internacionais da ecologia política no seu contínuo esforço de agir comunicativo de seus propósitos para influenciar o rumo da civilização (HABERMAS, 1981).

1. Conceito-chave: o papel dos atores e processos do ambientalismo político internacional

É necessário pontuar que o modelo de análise do artigo concebe a discussão sobre o papel dos atores do ambientalismo político internacional no processo de constituição de ações de conflito e cooperação. Esse papel é fortemente simbólico da cultura política que o ambientalismo internacional estabelece há pelo menos uma metade de século. As ações de conflito constituem a cultura política da desobediência civil (HAYES & OLLITRAULT, 2013), ao passo que as ações de cooperação envolvem a promoção de redes de solidariedade contra-hegemônicas, alternativas e participativas (estudadas na

terceira seção do artigo e que não deixam de simbolizar também a cultura política da desobediência civil num sentido mais largo), redes essas diferentes da lógica de funcionamento do mercado monopolista, excludente e destruidor da natureza (CATTANI, 2003). Os termos simbólicos da mudança cultural desse tipo de ambientalismo internacional operam com relação a quatro relacionamentos-chaves, a saber: 1. Com a natureza; 2. Com o tempo; 3. Uns com os outros; e 4. Com a autoridade e com o Estado (BELL, 2000).

O primeiro relacionamento-chave é precisamente o reconhecimento da natureza como um sujeito de direitos (a Mãe Terra, *Pachamama*, na língua dos povos andinos das Américas), por exemplo, tal como foi instituído pelo Equador e pela Bolívia em 2008 e 2013, respectivamente, e que vem a fortalecer a Aliança Bolivariana para as Américas (*Alba*), uma coalisão de Estados latino-americanos agrupando Cuba, Equador, Bolívia, Venezuela e mais algumas ilhas do Caribe, e que defende uma visão altermundista ou contra-hegemônica para as mudanças climáticas. Trata-se de uma aliança de natureza cooperativa contra a lógica do mercado de carbono, e que propõe a inserção de defesa da Mãe Terra dentro dos princípios de negociação sobre o clima (CAFIN & STAIME, 2015).

Essa nova maneira de conceber a natureza correlaciona simultaneamente as outras três formas de relacionamento-chaves que a cultura política do ambientalismo introduz na agenda internacional, na medida em que os atores sociais do ambientalismo promovem o entendimento de que o relacionamento com o tempo não é unicamente um relacionamento linear medido pelos interesses de produção, mas um relacionamento que respeita o tempo da natureza e o compromisso com as gerações presentes e futuras.

A cultura política do ambientalismo é também consubstancial à cultura da paz (de uns com os outros, vindo daí a ideia de que o ambientalismo é uma nova espécie de ecumenismo, associando-se a diferentes religiões que cultivam a ideia de salvação extramundana) e à da não violência ativa (desobediência civil), contra qualquer forma de autoritarismo (quarto relacionamento-chave).

Em termos conceituais, a desobediência civil é a ação pública intencional não violenta que é própria da política de ação direta em manifestações públicas. Também conhecida como *política da não violência ativa* ou ainda de *política da não cooperação*, a desobediência civil pode ser estudada como um conjunto de técnicas de exortação à mudança de atitude frente a situações consideradas prejudiciais à vida social. As exortações objetivam converter, não coagir, os oponentes (SHARP, 1984). Por essa

razão, é muito comum associar-se a imagem da cultura política do ambientalismo às diferentes estratégias de ação não violenta de associações ambientais: o exemplo mais forte e emblemático sendo o do grupo ativista internacional *Greenpeace*, fundado na década de 1970 e com atuações globais de ocupações, bloqueios, **sit-in** (ou **sit-down**); como são também as ações organizadas em torno da ideia *Reclaim the streets*, quando ativistas verdes tomam as ruas para protestar contra os efeitos nefastos do automóvel e da ausência de lazer não alienado na vida urbana; embora haja ações violentas de fundo ecológico, com a promoção de conflitos simbólicos de resistência contra as grandes corporações e os governos que as representam, com posicionamentos de ação direta, a exemplo dos movimentos *Earthfirst!*, *Black bloc*, etc.

A desobediência civil destaca-se como eixo de reflexão central dentro dos estudos sobre atores e processos da ecologia política internacional, desde as ações associadas ao pacifismo dos movimentos contrários à Guerra do Vietnã, Guerra Fria na Europa e nos EUA, dos movimentos antiglobalização, do ciberativismo nas redes sociais que vieram a promover a Primavera Árabe, até as marchas pacifistas em solidariedade às vítimas de terrorismo. Nesse sentido, a ecologia política também pode ser estudada como um *modus operandi* da expansão do sentido da democracia como reivindicação e modo de vida (HAYES & OLLITRAULT, 2013; FILLIEULE & TARTAKOWSKY, 2013; SHARP, 1984; OGIEN, 2015).

Embora a ideia de mudança cultural do ambientalismo seja entendida muito mais como cultura da paz e da desobediência civil, ela também existe como promotora de instrumentos institucionais de controle, fiscalização e resolução de conflitos. Nesse sentido, a cultura do ambientalismo associa-se aos processos relacionados ao campo de, pelo menos, três diferentes ordens de disputas entre: 1) Organizações não-governamentais (muitas delas capturadas por interesses de empresas que promovem a ‘maquiagem verde’) e grupos comunitários, em escala local e internacional; 2) Instituições estatais de controle ambiental e mercado; e 3) Instituições científicas internacionais para o estudo das várias questões e problemas ambientais globais (desertificação, controle climático, laboratórios de genética, parcerias industriais de redução da poluição, uso e eficiência dos materiais, etc.) que disputam prestígio e reconhecimento públicos.

É preciso que se distinga também a ecologia política internacional das organizações não-governamentais internacionais. Elas não são sinônimas. Enquanto a primeira constitui uma linha de reflexão sobre o papel dos atores sociais do ambientalismo na sua

tarefa para gerar solidariedade, tornar públicas as grandes questões e democratizar a ordem global, as organizações não-governamentais internacionais podem ter práticas políticas deveras excludentes e antidemocráticas. Existem organizações não-governamentais internacionais que promovem o desenvolvimento de sociedades civis autônomas locais em países pobres; deslocam, com suas verbas, o lugar de iniciativas locais e acabam enfraquecendo, ao invés de fortalecer, as ações de construção da democracia, da confiança horizontal e da solidariedade social (COHEN, 2003).

2. Fundamentos epistemológicos da ecologia política internacional

A ideia fundante da ecologia política internacional encontra seu nexo em vários autores e perspectivas teóricas. Autores como Jean-Jacques Rousseau, Karl Marx, Hannah Arendt, Herbert Marcuse, Joan Martínez Alier, Enrique Leff, Ivan Illich, André Gorz, Ignacy Sachs, Robyn Eckersley, Serge Latouche, Edgar Morin, Michel Serres, Gene Sharp, Pierre-Joseph Proudhon, Robert Owen, Bertrand Russell, Ronald Inglehart, dentre muitos outros, são exemplos que apresentam, senão um tratado específico nessa linha, ao menos alguma contribuição basilar.

Basicamente, a investigação teórica acerca da ecologia política internacional concebe a dimensão do sentido do político (e não apenas da política) segundo quatro orientações revisionistas da cultura política moderna: 1. A sociedade não é apenas a expressão de um modo de produção; 2. A sociedade não é também a expressão de uma instituição política; 3. A economia não pode ser pensada em oposição à natureza (crítica à economia clássica) e o saber científico de domínio sobre ela deve ser questionado e reorientado; e 4. A crise de captura de energia para a sobrevivência humana é central e não se resume à questão petrolífera e nuclear (JOURNES, 1979).

A primeira orientação acima constitui uma crítica aos pressupostos epistemológicos do materialismo histórico e dialético, na medida em que o ambientalismo político é parte constitutiva de um processo de revisão da tradição marxista que veio a formar o ecossocialismo. Prova disso é que uma impactante representação dessa revisão como crítica ao neoliberalismo foi também esboçada em 2001 pelo Manifesto Ecossocialista Internacional, disponível em vários idiomas, além do original em inglês (AN ECOSOCIALIST MANIFESTO, 2001).

Em termos analíticos, desde a crítica de Marcuse (1999) nos anos 1960 principalmente, os desafios ecológicos dos ecossocialistas podem ser listados a partir de três eixos, da seguinte forma: 1) Superar o histórico legado de burocratização,

centralização e autoritarismo da experiência socialista; 2) Superar o papel da classe trabalhadora como a principal e mais importante agenciadora da história; e 3) Superar o consenso em torno do crescimento econômico incondicional.

Nesse sentido, os ecossocialistas aceitam que existem tanto limites sociais quanto limites ecológicos em torno do desafio do crescimento econômico. Reconhecem a necessidade das instituições democráticas de caráter descentralizado, que sejam, essas instituições, capazes de trabalhar ideias como as da autogestão democrática com a participação do Estado exercendo o controle e a regulação dos interesses sociais, e a da democratização no processo de produção de bens.

Além disso, os ecossocialistas defendem fortemente a promoção de novas atitudes no relacionamento laboral, como divisão de tarefas e redução da jornada de trabalho, que permitam trabalhos sem riscos à saúde, mais conforto e horas de lazer. Defendem também a abolição de quaisquer discriminações, sejam elas sexuais, de raça ou de cor dos trabalhadores. No entanto, os ecossocialistas encontram-se bastante afastados da defesa de assuntos relacionados à promoção da espiritualidade. Em termos de diferenciação, ecossocialistas vêem os ecoespiritualistas como uma espécie *naïve* de representação do autoritário determinismo ecológico, permanecendo abertamente defensores da ideia de que a humanidade exerce uma presença ativa na construção e definição da realidade ambiente.

A partir daí, existem cinco propostas claras na agenda dos ecossocialistas: 1) Prover bens e serviços das necessidades humanas mais do que buscar a conquista do poder; 2) Evitar ou ao menos minimizar negativas ‘externalidades’ das atividades de mercado; 3) Eliminar excessivas injustiças sociais; 4) Assegurar que o planejamento da macroeconomia seja concebido respeitando a capacidade dos ecossistemas (via incentivo à produção de energia ‘limpa’ e via planejamento da economia que não necessariamente precisa crescer a igual termo das economias de mercado); e 5) Conceber o desenvolvimento assegurando o futuro das próximas gerações (ECKERSLEY, 1992).

Embora as propostas ecossocialistas apresentem visível assimilação dos interesses próprios das economias de mercado, diferindo apenas quando se trata de dizer que cabe ao Estado impor controles e restrições, vale destacar que certas ações acabam sendo dependentes da consciência dos cidadãos. Isso não desmerece iniciativas que vêm desenvolvendo ideias de fortalecimento de cooperativas de trabalhadores, reformas institucionais próprias de um chamado ‘capitalismo social’ preocupado em oferecer

oportunidades de melhoria da renda e melhoria da qualidade da produção (acesso ao crédito facilitado para produção e comercialização de produtos ecológicos). Assim, iniciativas de coibição ao trabalho de crianças, ao lado de programas de orientação para os consumidores e concessão de selos de qualidade para produtores, demonstram que esse tipo de ecossocialismo importa-se mais com o controle e disciplina do mercado do que em suplantando mecanismos de preço e lucros privados. Os princípios de um tipo de socialismo libertário com garantia de justiça social e oportunidades para os menos favorecidos são questões colocadas pela vanguarda do ambientalismo de esquerda desde os anos 1960, questões essas que estão mais ligadas aos aspectos de mudança de infraestrutura (principalmente a abertura à participação política descentralizada e direta) do que de estrutura do sistema social e econômico.

Dando sequência à investigação teórica iniciada nessa seção, a segunda orientação revisionista está preocupada em sublinhar que a sociedade não pode ser reduzida à representação de uma instituição política (nem estatal nem do mercado). Em outras palavras, trata-se da defesa da independência da sociedade civil nacional e internacional em face do Estado e do mercado. Essa temática será aprofundada na próxima seção do artigo. O movimento ambientalista mundial é um movimento distante de qualquer proposta revolucionária interessada em tomar o poder. As teorias e práticas do ambientalismo político internacional são basicamente forjadas na sociedade civil, tendo como garantia a ideia das liberdades fundamentais do protoliberalismo político.

Vale pontuar, entretanto, que a proposta de representação política oficial do ambientalismo mundial já foi esboçada em termos teóricos, principalmente durante o clima de entusiasmo intelectual que se formou quando da preparação e da realização da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, em 1992. Naquela ocasião, propunha-se também a representação oficial das lideranças das grandes religiões mundiais, da comunidade científica internacional e das grandes empresas, ao lado das representações estatais para compor um governo global (LEIS, 1996).

Em terceiro lugar, num linha muito singular de reflexão da ecologia política que postula que a economia não pode ser pensada em oposição à natureza (crítica à economia clássica) e o saber científico de domínio sobre ela deve ser questionado e reorientado, é valioso ressaltar que se trata da defesa de uma visão da raiz do domínio da economia, orientação essa muito simples: a ideia de que é a economia que serve à sociedade, e não a sociedade à economia. Procura-se, assim, legitimar os estudos e

práticas de economia ecológica, de gestão comunitária de recursos naturais renováveis, bem como dos estudos sobre as práticas da economia solidária e reciprocidade (ALIER, 1998; CATTANI, 2003; VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005; SABOURIN, 2009).

Por fim, sobre a quarta orientação de que a ideia sobre a crise de captura de energia para a sobrevivência humana é central e não se resume à questão petrolífera e nuclear, deve-se dizer que, atualmente, tal orientação alcançou o debate em torno da sociedade de risco, o que revigora as primeiras críticas dos ecologistas ao humanismo e ao antropocentrismo. Em poucas palavras, a teoria sobre o risco social e ambiental está baseada em evidências empíricas que redefinem a lógica da produção e distribuição da riqueza das sociedades modernas. Em vez da produção e distribuição de mercadorias, a crise ambiental manifesta-se não apenas *por meio* da lógica da produção e distribuição dos riscos sociais e ambientais, mas *como* lógica e distribuição desses mesmos riscos (BECK, 1992).

Assim, deve-se entender a teoria do risco de Beck não meramente como um *meio*, mas como uma “nova ideologia intransparente”. Com esta ideia, proponho uma versão reconstrutiva da concepção de Habermas (1984) sobre ciência e técnica como ideologia quando ele apresentou sua crítica à razão alternativa de Herbert Marcuse em 1968. Ela envolve a precarização das condições humanas de trabalho e os impactos destrutivos ao equilíbrio da biosfera. Em reação a esse diagnóstico, surge uma série de fóruns da sociedade civil internacional em que se denuncia, por exemplo, a expansão global da injustiça ambiental e do racismo ambiental (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA: 2009).

Nesses fóruns, os países ricos, ao lado das grandes corporações, são acusados de serem especialistas em “exportação” dos riscos sociais e ambientais para os países pobres, utilizando-se inclusive de chantagens locais (ou seja, de ameaças de deslocação de investimentos nesses locais). Ademais, a instalação de indústrias poluentes nas periferias desses países expõe as populações mais pobres e discriminadas aos processos de alteração do micro clima, como denunciou o Fórum de Justiça Climática, realizado em Haia, Holanda, durante a 6ª. Conferência das Partes da Convenção Mundial sobre Mudança Climática, entre 2000 e 2001. Esse fórum reuniu entidades da África do Sul, Nigéria, Nicarágua, El Salvador, Equador, Colômbia, México e EUA. O entendimento desse e dos outros seguintes por justiça climática procura assinalar que não há questão ambiental a ser resolvida anteriormente à questão social (ACSELRAD, 2013).

Todas as quatro orientações acima vêm sendo construídas desde o momento inaugural do movimento ambientalista mundial, principalmente durante as décadas de 1960, 1970, 1980 e início da década de 1990. Trata-se de um momento de grande expectativa, de crítica política e de otimismo dos verdes. Ali o desafio histórico estava ligado ao panorama de crítica à economia de livre mercado e ao socialismo estatal. Os ecologistas vislumbravam a dinâmica de democratização de todos os espaços da vida social em favor da emancipação das minorias políticas como uma saída segura. É o momento, inclusive, da criação dos primeiros partidos verdes. Este primeiro momento é descrito por vários estudiosos (INGLEHART, 1997; LEFF, 2001; VIOLA, 1987) como sendo o momento de crítica à sociedade moderna industrial e de engajamento contracultural (décadas de 1960-1990).

Segue-se uma fase posterior identificada com a profissionalização, em que os verdes assumem para si a responsabilidade de atuar em projetos sociais, ligando-se a outros movimentos sociais. O ambientalismo torna-se plural, vindo a ser identificado também como socioambientalismo, principalmente a partir da segunda metade da década de 1980, quando passam a ocorrer parcerias com outros movimentos: educadores, técnicos de governo, pequenos empresários, indígenas, seringueiros, movimentos de atingidos por barragens e grandes obras impactantes, jovens, universitários, feministas, agricultores, movimento dos trabalhadores rurais sem terra, pescadores, literatos, esportistas, religiosos, etc. (LEIS, 1991). Tem início, então, um momento de grande reconhecimento público. As parcerias constituídas reforçam experiências concretas de difusão e inovação de tecnologias verdes e de espraiamento de valores ambientalistas. Isso coloca a temática da ecologia dentro do processo de democratização da cultura política, notadamente da cultura da juventude de diversos países (KRISCHKE, 2000; INGLEHART, 1997).

Desde então, a dimensão de politização da temática da ecologia (por muitos analistas denominada simplesmente de dimensão ambiental) constitui o maior processo do fenômeno da globalização, vindo a redefinir os conceitos e categorias fundantes tanto da política moderna quanto da teoria das relações internacionais, como apontado na primeira seção do artigo. A repercussão extraordinária desse processo constrói-se em sintonia com o aperfeiçoamento do conhecimento científico sobre a biosfera. A ciência cartesiana mostra-se incapaz de perceber as inter-relações constitutivas da natureza e de nós mesmos. Aliás, a ideia de que não estamos apenas em inter-relação com a natureza, mas que somos também constituídos desta mesma inter-relação vem a legitimar o

ambientalismo científico como modo de demonstração pública (*public demonstration*) sobre a necessidade de uma ancoragem teleológica para a humanidade. Esse aspecto é aprofundado na quarta seção do presente artigo. É do aperfeiçoamento do conhecimento sobre a biosfera que depende a permanência de nossa espécie. De modo que estamos fadados a construir concretamente um modelo civilizatório que nos permita viver nela sem alterar o seu sensível equilíbrio biológico e climático.

3. O papel dos atores e dos processos da ecologia política internacional

Esta seção está dividida em três dimensões de análise: a dimensão contra-hegemônica; a dimensão alternativa e a dimensão participante da ecologia política internacional. A ideia é demonstrar que os atores e processos da ecologia política internacional ocupam, de diferentes maneiras, o espaço privilegiado da cena política contemporânea: a sociedade civil globalizada. Trata-se de uma linha de reflexão que associa os temas locais aos temas internacionais e vice-versa, em função da capacidade da comunicação das mídias eletrônicas para colocar em ação diferentes públicos em tempo real, ou melhor, como diz Manoel Castells (2013b), em tempo virtual, pois o tempo real, segundo ele, tornou-se hoje o tempo virtual. É muito importante perceber que esse tempo virtual é o tempo de um tipo específico das relações internacionais que se democratizam, abrindo-se para a participação política.

Assim, o foco de estudo da ecologia política internacional está muito mais nas relações da sociedade civil global virtual do que nos espaços formais de deliberação do conjunto de instituições estatais internacionais. As análises estão baseadas principalmente na observação e teorização a respeito da ação coletiva através das mídias eletrônicas: o ciberativismo. Cada uma à sua maneira, as mídias eletrônicas alimentam formas de empoderamento da sociedade civil. Por empoderamento, entenda-se o processo político de tomada de posição capaz de alterar a dinâmica de funcionamento da esfera pública a favor da sociedade civil. O conceito de sociedade civil é tomado principalmente de empréstimo de Gramsci (1999-2002). Trata-se de um campo simbólico e um conjunto de instituições e práticas que são o *locus* de formação de valores, normas de ação, significados e identidades coletivas.

A dimensão cultural da sociedade civil é um lugar de contestação (jamais dado ou natural), de associações e redes onde são forjadas lutas e alianças, identidades e valores éticos. Ou seja, visões antagônicas que são mobilizadas em uma luta contínua, seja para manter a hegemonia cultural de grupos dominantes, seja para afirmar a contra-

hegemonia de atores oprimidos. Indo mais além, não há como pensar as relações sociais do ambientalismo internacional sem a ideia de sociedade civil tal qual ela foi pensada igualmente por Touraine e Melucci: como fonte dinâmica e inovadora para a tematização de novos problemas, formulação de novos projetos, criação de novos valores e novas identidades (COHEN, 2003). Devido a essas características, ela se apresenta também como um campo isolado de autonomia cívica institucionalizada, autolimitado, de reflexividade e de deliberação que lhe é próprio (HABERMAS, 1997).

O sentido de ciberativismo não está restrito a uma única dimensão, seja da comunicação na e através da Internet, seja das várias extensões que as redes sociais possuem. Sendo assim, por exemplo, as manifestações de rua não estão separadas da comunicação via Internet, e são produzidas simultaneamente e de forma compartilhada em todos os lugares. A comunicação na Internet apresenta variados conteúdos quanto à produção e à circulação da informação em comparação com a mídia tradicional. As três formas referidas acima também podem ser vistas como híbridas.

A história da mídia contra-hegemônica começa, por exemplo, em 1996, quando, a partir de Chiapas, é lançada a Rede Intercontinental de Comunicação Alternativa, a fim de marcar o 1º. Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Liberalismo. Ela vem a formar uma lista de discussão na Internet com o intuito de compartilhar informação entre membros da resistência em escala mundial. A mídia contra-hegemônica é um tipo específico que se destina a criticar a mídia dominante. Ela se atém a sustentar que esta mídia é o principal vetor de propaganda do poder econômico e político. Com isso em mente, ela engendra esforços para criar contra-discursos. Por exemplo, ela vigia e denuncia a mídia dominante, seu modo de funcionamento, o papel dos jornalistas de reproduzirem a ideologia dominante e a estrutura de sua propriedade. A denúncia envolve a crítica à hegemonia cultural, à busca do lucro, ao sensacionalismo, à má distribuição das prioridades de agenda política determinada pelos políticos que cedem à pressão dos *lobbies* das grandes empresas e endossam a produção de um pensamento único que marginaliza as propostas alternativas para a sociedade.

Por sua vez, a mídia alternativa ou mídia independente prioriza a produção de informação como um instrumento de emancipação mais do que um meio de luta contra a dominação da mídia hegemônica. A principal virtude das mídias alternativas está na sua capacidade de produção de métodos de criação, produção e distribuição de conteúdos alternativos de informação. Em 1995, as feministas reunidas em Beijing (China), por ocasião da realização da 4ª. Conferência Mundial das Mulheres (ONU),

consagraram a Internet como uma ferramenta essencial de coordenação e mobilização em escala mundial para além das tratativas formais do evento. Como tipo específico de produção, pode-se citar também experiências latino-americanas de observação da imprensa: o *Observatório da Imprensa* (Brasil), um site que se transformou posteriormente em programa de TV com o papel de criticar, criar novas visões de mundo, colocar em questão a passividade do receptor e promover os direitos dos agentes. Como outras tantas experiências, as produções alternativas pretendem quebrar o monopólio da mídia padrão, abrindo a palavra aos diferentes públicos.

A esse respeito, é importante registrar o movimento revolucionário da mídia popular: o caso da TV dos trabalhadores, na década de 1970, criada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil como exemplo híbrido de mídia contra-hegemônica e mídia alternativa, pois ela incentivava a produção da radiodifusão comunitária, apoiando as mais variadas causas, como a causa indígena e a causa feminista. A Internet militante da década de 1980 beneficia-se do barateamento dos custos de edição, difusão e passa a utilizar um modelo de comunicação que facilita a produção cooperativa e aberta à participação, permitindo a interação maior entre diferentes públicos. Em vez da produção de um para muitos (*one to many*), passa-se a privilegiar a produção de muitos para muitos (*many to many*).

Disso resulta que são os produtores/militantes menos organizados e os grupos mais periféricos que se aproveitam destas novas possibilidades de comunicação que privilegiam a horizontalidade sobre a organização vertical e hierárquica. O ativismo midiático funciona como uma polifonia das subjetividades (ao contrário da objetividade dos *experts*), concedendo a todos o direito de usar a palavra dentro do espírito de trabalho conjunto entre militantes e profissionais. Entre 1999 e 2000, esse espírito faz nascer o militante individualizado (com características da mídia participante), o qual produz o vídeoativismo (cinema militante) com as seguintes características: 1. Produção de contrainformação (movimentos de rádios comunitárias); 2. Educação política; 3. Produção anônima desfilhada das mídias centrais (no nível da produção, difusão e conteúdo); e 4. Multiplicação de pontos de vista (CARDON & GRANJON, 2013).

Neste mesmo período, em Seattle (EUA), tendo como contexto os movimentos antiglobalização e em oposição à reunião da Organização Mundial do Comércio, surge também o *IndyMedia* (Central de Mídia Independente), cuja proposta é diferente da mídia voltada apenas para os assuntos comunitários. De lá para cá, ela se caracteriza por: 1. Existir em diferentes países; 2. Funcionar segundo uma base de autogestão; 3.

Praticar jornalismo de forma aberta, minimizando as relações de autoridade e de controle de conteúdo; 4. Permitir aos indivíduos e aos grupos publicar quase que ao vivo/ instantaneamente, e por diferentes línguas, todos os tipos de documentos (textos, sons, imagens, vídeos, etc.); 5. Na maioria das vezes, aplicar o princípio da transparência sem controle editorial; 6. Apoiar as denúncias contra forças de repressão do Estado (polícia) e defender os menos favorecidos (moradores de rua e desempregados, por exemplo); 7. Cobrir e politizar a cobertura de manifestações e eventos públicos, com filmagem de piquetes e repressão policial (CASTELLS, 2013a).

De 2000 em diante, tem-se já com clareza uma diferenciação entre mídia contra-hegemônica e mídia independente. Os instrumentos e os atores de cada corrente estão posicionados no interior e no exterior dos grandes movimentos e eventos mundiais. Os contra-hegemônicos, por exemplo, estão integrados dentro dos espaços de debate dos fóruns sociais ou coordenam suas ações para representar a sociedade civil diante de processos da ONU, das grandes conferências de comércio e temas de interesses diversos (meio ambiente, mulheres, trabalhadores rurais, grupos indígenas, etc.), ao passo que ativistas independentes restringem-se à margem destes fóruns e eventos, mas estão sempre no coração destes, ou seja, nas manifestações de desobediência civil, etc. De modo que uma diferença importante até aqui se refere ao repertório das ações orientadas segundo o uso da palavra (mídia contra-hegemônica) ou a ação testemunho (mídia alternativa), opondo uma polarização decisiva dentro da produção contrária à informação dominante (CARDON & GRANJON, 2013; CASTELLS, 2007).

Neste contexto, ressalte-se a existência de pontos de vistas inconciliáveis entre ambas. A crítica contra-hegemônica apresenta três argumentos contrários ao trabalho dos ativistas independentes: 1. No enfoque da mídia alternativa reina confusão e ingenuidade, pois ela alimenta a crença sobre a participação plenamente aberta e a ideia de que o progresso tecnológico conduz ao progresso social; 2. Os ativistas independentes estão também enfeitiçados pela tecnologia que eles acreditam poder superar as contradições sociais; 3. A crítica contra-hegemônica descrê da supervalorização do micro, do local, inclusive do indivíduo, à custa do coletivo, das classes e dos atores mais centrais das lutas sociais (CARDON & GRANJON, 2013).

Por sua vez, os ativistas independentes respondem com quatro argumentos: 1. A crítica contra-hegemônica constitui uma proposição insuficiente para criar alternativas reais de mobilização social; 2. Não existe neutralidade no ponto de vista da crítica contra-hegemônica, a qual também se apoia em valores, por exemplo, o corporativismo

jornalístico, etc., de modo que a produção da informação é um instrumento de emancipação mais do que meio de luta contra a dominação simbólica; 3. Dentro do contexto de lutas, não existe de antemão uma crítica exterior exata e acabada, pois todo juízo de valor passa necessariamente pela comunicação; 4. Por fim, os ativistas independentes criticam a posição de Noam Chomsky e Edward Herman, por eles desvalorizarem as formas de expressão subjetivas, livres e autônomas como formas de regressão pré-marxistas da crítica social, lembrando Hannah Arendt, para quem a questão da ação política somente pode ser pensada na pluralidade (CARDON & GRANJON, 2013).

Como terceiro e último fenômeno relacionado à comunicação na Internet, mas não necessariamente da comunicação de oposição à mídia tradicional, a mídia participante apresenta-se como uma extensão da mídia independente, porém muito mais plural e diversificada tanto quanto à produção quanto às formas de circulação. Ela reflete o aumento da expressão individual no espaço público. Este fenômeno movimenta a participação dos públicos livres e cria uma indistinção sempre maior entre os papéis de produtor e consumidor de informação, o que já é constitutivo da origem da Internet. De 2010 em diante, ela encarna numerosos dispositivos interativos, como chats, fóruns, listas de discussão, sítios de contribuições pessoais que permitem a qualquer pessoa escrever e corrigir facilmente a mesma página na Internet (como o site Wikipédia), etc..

A mídia participante está largamente representada pelo tipo de mídia *self*, exclusiva da pessoa: do blog ao twitter ao facebook. A publicação e a publicização de conteúdos sobre pessoas e por estas na mídia participante desenvolveram consideravelmente formas de investimento e promoção pessoais, transformando a noção de individualismo contemporâneo. Trata-se de um fenômeno social que espetaculariza o reconhecimento da singularidade identitária de cada indivíduo segundo modos cada vez mais comuns de conversação que se prolongam na Internet. São práticas de promoção de amizade; de trocas amorosas; valorização profissional e de entendimento político. Estas formas de expressividade generalizadas contribuem para articular muito mais estreitamente a sociabilidade entre os indivíduos, suas práticas culturais amadoras e as suas formas múltiplas e variadas de expressão política. O desenvolvimento dos blogs constitui um fenômeno particular deste tipo de troca de informação. Ele torna o jornalismo mais reflexivo e mais ativo, em função da interação entre jornalista e público leitor. A *blogesfera*, *twitteresfera* e o *facebookesfera* promovem profissionais do jornalismo, jornalistas desempregados, estudantes de jornalismo, profissionais artísticos

e literários e especialistas de domínios singulares do conhecimento. A vigilância e a contrainformação (em especial sob a forma da contraexpertise) da mídia participante também constituem fenômenos que impactam as práticas de investigação jornalística.

Em paralelo a esses tipos de ação de vigilância e contrainformação com características contra-hegemônicas se desenvolve um tipo diferente de ativismo na Internet: a nova cultura participativa que é profundamente irônica; insolente e pronunciada na primeira pessoa e sem formalidades; afetuosa, mas também agressiva e reacionária; direta, informal e próxima (a eventos, dramas, ao cotidiano, ao cotidiano, etc.). Esta nova cultura da Internet faz alterar os diversos espaços públicos: eles se informalizaram em três sentidos de modo muito forte: 1. Introduziram uma forma mais forte de subjetividade na produção e no comentário da informação; 2. Desfizeram a fronteira entre informação e diversão; e 3. Romperam com a personificação dos eventos públicos, fixando um liame entre cultura de massa e cultura política, de maneira que lembra os surrealistas, pois trazem temas marginais para o centro do debate político (CASTELLS, 2013b).

Muitas vezes, são diferentes coletivos com alto capital cultural que animam a mídia participante: ecologistas; críticos da publicidade; da precariedade das liberdades individuais e coletivas; críticos da mobilidade urbana; artistas, grupos de teatro (do riso, por exemplo); de ciclistas que criam sites de atividades esportivas e educativas, enfim, adeptos da promoção de atividades que introduzem o inusitado no cotidiano, como a luta festiva, a guerrilha semiótica, um tipo de atividade que reivindica o direito ao escárnio, a deturpação simbólica e paródica da informação. O blog, o twitter e o facebook promovem a cultura da competição política, deslocando o centro de gravidade do debate público para os espaços mais diversificados, mais críticos e muito mais autônomos em comparação com o espaço formal da política. Essa franja de expressão na Internet revela uma cultura desinteressada da afiliação partidária e das personalidades eleitas pela democracia representativa, embora nessa mesma Internet a construção da audiência se faça muitas vezes como nos meios tradicionais, ou seja, é ela também dominada pelos atores mais centrais do debate público de ideia: os representantes do próprio governo, uma vez que os líderes políticos têm seus próprios espaços de interação com seus públicos de simpatizantes (CARDON & GRANJON, 2013; CASTELLS, 2007).

A mobilização informal da mídia participante está caracterizada pela individualização e auto-organização com as seguintes características: 1.

Espontaneidade; 2. Descentralização; e 3. Forte reação (CARDON & GRANJON, 2013). Estas três características estão presentes na cobertura dos movimentos populares, dos conflitos sociais e eventos dramáticos, documentados por atores, vítimas e testemunhas dos fatos. Nesses casos, a Internet e o telefone celular com câmara conferem a um novo público a possibilidade de pessoas se tornarem agentes políticos bem antes da ação coletiva, conferindo à estrutura institucional das relações internacionais um novo desafio de compreensão.

Na mídia participante, as mobilizações são organizadas no espaço público da web de forma inversa da mídia tradicional, isto é, o que é importante de ser informado foge ao controle do *a posteriori*, quando as informações eram selecionadas, agendadas, coordenadas e então legitimadas no espaço público. Para Castells, toda esta nova mídia participante introduz a “comunicação de massa individualizada” no espaço público. Trata-se de um processo híbrido de empoderamento e participação dos indivíduos que generaliza a participação aberta, a reflexividade, o autodidatismo, a experimentação e a reapropriação do uso da palavra (CASTELLS, 2007). Na Primavera Árabe (2010), por exemplo, este fenômeno social deu origem a mais do que uma ação coletiva pontual e setorial: deu origem a um movimento de massa atraindo todos os setores da sociedade em diferentes países. Castells não deixa, a todavia, de perceber também que este fenômeno gera *fakenews* (notícias falsas) capazes de influenciar, senão manipular resultados eleitorais.

4. Demonstração pública

Nesta seção, argumenta-se que os ativistas da ecologia mobilizam processos de demonstração pública (*public demonstration*) para influenciar e promover as escolhas internacionais (ROSENTAL, 2011; 2013). Esta expressão designa democracia como “demonstração pública”. As elites políticas e econômicas se utilizam sistematicamente e em larga escala de ferramentas de demonstração pública para parecerem eficientes e legítimas. Rosental (2011; 2013) estuda a aplicação dessas ferramentas como ferramentas de convencimento e resultados: relatos, estatísticas, programas de informática, informativos de governo em revistas, CD-Rooms, vídeos, palestras com especialistas com o objetivo de serem oferecidas a administradores públicos, políticos e industriais como um produto de mercado e de investimento. As demonstrações públicas são cuidadosamente preparadas e mesmo os governantes podem aparecer como especialistas em demonstrar vantagens competitivas como porta-vozes de empresas.

Rosental entende a demonstração pública como sendo o produto primordial do capitalismo científico, assim como os bens primários na teoria marxista do capital. A demonstração pública é inerente ao capitalismo contemporâneo.

Vale destacar, todavia, que a demonstração pública também é uma forma de interação social capaz de promover e estruturar diversas formas de novas relações sociais. Ela é um processo e, como tal, permite uma ponte de diálogo entre a ciência, a técnica e os espaços sociais. Rosental não a reduz a uma política de convencimento científico-mercantil, de espetáculo teatral que visa à obtenção de vantagens lucrativas para as empresas, pois, dependendo do espaço social em que ela aparece, dela pode florescer a criatividade, a contestação e o fortalecimento da democracia (ROSENTAL, 2011).

O objetivo central dessa seção é apresentar quatro breves ilustrações a respeito de como ONGs ambientalistas internacionais, cientistas, grupos de ativistas de diferentes setores e a sociedade civil global, reunida em fóruns e/ou em interação eletrônica através do ciberativismo, constroem e aperfeiçoam constantemente uma política linguística no sentido de influenciar e de promover as escolhas internacionais, quase sempre confrontando outras estratégias poderosas de convencimento da parte de seus oponentes. Em geral, o esforço dos ecologistas reside na desconstrução de discursos, apoiando-se na comunicação ampliada sobre evidências científicas a respeito da crise ambiental, do uso valioso de tecnologias ecológicas e da necessidade de mudanças comportamentais. São as seguintes: 1. Fórum Social Mundial; 2. *Greenpeace*; 3. *Global Witness*; e 4. A Rio+20 que **não** queremos

O Fórum Social Mundial (FSM) é o exemplo mais emblemático de desobediência civil já institucionalizado. Há mais de 15 anos o fórum é uma iniciativa contra-hegemônica, alternativa e participante de diferentes setores que se reúnem para trocar experiências e implementar novas ações e projetos de iniciativa popular provenientes de todos os continentes. A linguagem institucionalizada pelos organizadores do fórum é talvez a principal marca do FSM: *Um outro mundo é possível!* Pelo menos porque a materialidade do fórum e sua linguagem têm conseguido simbolizar o lugar da contestação, de associações e redes que são forjadas para a promoção de identidades de luta em contraposição aos consensos neoliberais do Fórum Econômico Mundial. Parafraseando Rosental, o FSM é uma política linguística de convencimento científico **não** neoliberal, pois difunde experiências concretas de diferentes modelos econômicos: economia ecológica, de gestão comunitária de recursos

naturais renováveis, de práticas da economia solidária e de reciprocidade (ALIER, 1998; CATTANI, 2003; VIEIRA, BERKES & SEIXAS, 2005; SABOURIN, 2009). Nesse sentido, toda uma gama de ações e troca de experiências do FSM tem sido responsável por dinamizar a cultura política do socioambientalismo. Não surpreende portanto que a experiência do FSM tenha sido responsável pela eclosão da Primavera Árabe, uma vez que no mundo árabe se realizaram diversas edições do mesmo fórum (GRAJEW, 2011).

A segunda ilustração a respeito dos processos de demonstração pública na linha de reflexão da ecologia política internacional contempla o caso da campanha de informação pública do *Greenpeace* de Portugal, mas poderia ser de qualquer outro país onde essa ONG possui atuação idêntica. No caso de Portugal, desde meados de 2000, a campanha estimula a reflexão sobre a culinária tradicional portuguesa do consumo de bacalhau que vai além de um tema relacionado aos interesses nacionais portugueses. Ela envolve também outros países que praticam a pesca de arrastão no Mar de Barents: Noruega, Rússia, Espanha, Reino Unido, Islândia, Alemanha e França. Em Portugal, o bacalhau, por vezes carinhosamente chamado de “fiel amigo” ou “pão dos mares” é um elemento importantíssimo na culinária tradicional portuguesa, representando mais de um terço de todo o pescado consumido naquele país. Os portugueses são os maiores consumidores per capita a nível mundial – por isso, a importância maior do peso da discussão global, dos atores e processos da ecologia política internacional – , consumindo cerca de 60.000 toneladas de bacalhau por ano, 90% do qual é vendido salgado e seco. De forma muito contestatória, a campanha do *Greenpeace* criou a lista vermelha de peixes (peixes em risco de extinção) e o ranking dos supermercados que praticam políticas de venda do pescado cuja captura seja comprovadamente sustentável (com etiqueta de pesca FAO 67) (GREENPEACE, 2008a; 2008b). Além disso, a campanha envolve ações de protesto de fechamento de supermercados que não seguem as orientações de pesca sustentável, na intenção de que os cidadãos passem a boicotar esses estabelecimentos (GREENPEACE, 2010). De forma independente de governos, esse tipo de ação da sociedade civil global abre um processo de questionamento público apoiado em evidências científicas que são repassadas na forma de vídeos, ilustrações gráficas e escritos numa linguagem informativa.

A terceira experiência de demonstração pública refere-se ao trabalho da entidade ambientalista internacional *Global Witness* (2017). A entidade trabalha na construção de indicadores de denúncia de crimes cometidos contra ambientalistas que protegem suas

terras, florestas e rios. Segundo o site da entidade, 2015 foi o ano recorde em assassinatos contra ambientalistas. O Brasil liderava o ranking, com mais de 50 assassinatos. Trata-se de uma ONG internacional que procura denunciar abusos contra o meio ambiente e os direitos humanos em atividades ilegais de exploração da natureza, corrupção política e econômica. Vale-se de investigações e informantes como parceiros estratégicos em diferentes partes do mundo. A entidade usa diferentes técnicas a fim de colher evidências de crimes ambientais, incluindo entrevistas, filmagens secretas, fotografias e pesquisas documentais. Tais técnicas são reportadas para diferentes veículos de comunicação e a entidade orgulha-se de que muitas delas são regularmente matérias de capa. Acredita que a força impactante desse tipo de demonstração pública ajuda a difundir uma cultura de defesa da vida, da preservação da bio e sociodiversidade planetária.

Por fim, está na memória do ambientalismo mundial, como política de demonstração pública, o repúdio ao documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Diversos ambientalistas que participaram da conferência divulgaram uma carta intitulada *A Rio+20 que não queremos (2012)*, denunciando o documento oficial por esse não assumir qualquer compromisso, metas e nem previsão de recursos que viessem a comprometer os países. Na carta e nas entrevistas à época, diversas entidades e lideranças ambientalistas fazem alarde sobre a situação a que se tinha chegado, muito aquém do espírito e dos avanços conquistados nos últimos 20 anos, desde a Rio92. A mobilização ambientalista internacional ocorreu no formato da Rio92, com a organização da Cúpula dos Povos, evento paralelo ao da mesma conferência oficial e que simboliza a autolimitação da sociedade civil global face às estratégias de cooptação de governos e corporações internacionais. A independência, a pluralidade e a privacidade garantidas pela prática política do ambientalismo mundial são em si também demonstrações públicas de interação social capazes de promover e estruturar diversas formas de novas relações sociais.

Para a cultura política mundial, essa carta dos ambientalistas representa não apenas uma demonstração de empoderamento e capacidade de contestação. Ela veio a delimitar formalmente o espaço público mundial como sendo um espaço tripartite entre sociedade civil global, mercado e estado. Dessas e de outras modalidades de delimitação pública, tem lugar uma nova consciência do tempo político em que os atores e processos

do ambientalismo internacional detêm, cada vez mais, pela sua capacidade de rebeldia (da juventude, em particular), protagonismo e legitimidade.

Conclusão

O primeiro aspecto conclusivo da discussão precedente é o enorme salto epistemológico que a atitude crítica dos ecologistas trouxe para se pensar a ciência e a política internacional. Isso envolve considerar três domínios do comportamento político que pessoas e grupos sociais têm perseguido, a saber: 1. O domínio das opiniões; 2. O domínio das atitudes; e 3. O domínio dos comportamentos abertos.

Nos dois primeiros domínios se está diante, por exemplo, da capacidade de certos atores sociais de promoverem a denúncia de crimes ambientais e de atuar em trabalhos de conscientização pública. Por sua vez, no domínio do comportamento aberto, as ações desafiam as condutas sociais tradicionais e as normas jurídicas, e sequer se importam com as punições. Nesse domínio, prevalece a desobediência civil que é um recurso prático-moral no sentido kantiano e rawlsiano, e cujo fundamento são princípios de racionalidade e razoabilidade, dentro daquilo que Lawrence Kohlberg chamava de estágio pós-convencional da moralidade (RAWLS, 1992). Como modelo metodológico de análise, a dimensão de maior reflexividade da ecologia política internacional é a que tem esse tipo de rebeldia como máxima da ação política. As suas práticas têm-nos ajudado a entender melhor: 1. O empoderamento de novos atores sociais que aderem às causas ecológicas, principalmente em função da democratização das redes sociais; 2. Um processo expansivo de democratização cultural que é muito dinâmico e que está superando o referencial weberiano de legitimação, em especial o da dominação racional-legal do Estado-Nação; e 3. Uma mudança paradigmática na concepção de política internacional.

No que tange às práticas de empoderamento, vale aqui resgatar que, na história do ambientalismo mundial, desde a fundação do grupo *Greenpeace*, por exemplo, a dinâmica da preocupação com a questão ambiental vem sendo construída de modo progressivo até alcançar o nexo entre desenvolvimento e meio ambiente. Os três enfoques a seguir ilustram essa evolução a respeito da dinâmica do comportamento político dos ambientalistas: 1. Enfoque preservacionista (preocupação unilateral de proteção do meio ambiente biofísico); 2. Enfoque tecnicista (estratégia remedial de controle excessivo dos efeitos da poluição); e 3. Enfoque preventivo e transformador da lógica interna à problemática ambiental: o estilo de desenvolvimento socioeconômico

subjacente à dinâmica de funcionamento das modernas sociedades industriais (VIEIRA, 1993; 2007).

Essa dinâmica não está separada da ideia de um processo expansivo de democratização cultural como memória política do ambientalismo, com pautas em favor de novos estilos de vida e valorização de culturas minoritárias. Nesse sentido, o agir estratégico da política (da ação de sindicatos, inclusive de novos movimentos sociais com demandas estratégicas e partidos com o fim de buscar o poder, modelar a política a partir dos seus interesses) tem a possibilidade de se transformar em agir comunicativo, isto é, na política pautada na reflexividade e na troca intersubjetiva. Sem a reflexão da ecologia política, imperam as ações estratégicas, com o fim de modelar de modo excludente e exclusivo a política, com os conteúdos filosófico-normativos pré-definidos, tanto de esquerda quanto de direita.

A politização da ecologia é um fenômeno da comunicação que exige mesmo alta disposição para a reflexividade e a troca intersubjetiva, a começar pelo fato de que ela não se resume à dualidade esquerda e direita. Por isso, ela atinge a dinâmica de legitimação das práticas de dominação. Ao adentrar na cena política com seus discursos que pretendem legitimação, os ambientalistas constroem demonstrações públicas que superam o antropocentrismo e o humanismo da ciência e da política contratualista: desde salvar espécies em extinção e proteger áreas verdes ao desenvolvimento sustentável, o discurso é sempre orientado para expandir o pertencimento a uma nova cultura democrática. Com base em evidências científicas, os ambientalistas apresentam um novo princípio de dominação que é politicamente neoconservador, uma vez que impõem dois dilemas à legitimação pelo procedimento nas democracias que não o racional-legal, carismático ou tradicional: o da incerteza científico-tecnológica e o da prudência ecológica. Com isso, os discursos ambientalistas atingem também em cheio as certezas utópicas e teleológicas das doutrinas liberais, socialistas, comunistas e anarquistas.

A ideia, apresentada logo no início do artigo, de uma mudança paradigmática na concepção de política internacional, relacionada ao fenômeno da globalização e ao papel de promoção de novos conflitos pelos ambientalistas, relaciona-se diretamente também com a ética comunicacional do ambientalismo, uma ética absolutamente não hierárquica, mais reflexiva, cooperativa e experimentalista. A ideia de paradigma empregada aqui é, por empréstimo, a de Robert Merton, e não a de Thomas Kuhn (STOMPKA, 2009). Por paradigma ambientalista na teoria das relações internacionais

entende-se um esquema heurístico projetado com o intuito de introduzir uma medida de ordem e lucidez em uma análise qualitativa e discursiva, codificando os resultados de investigação anterior e especificando as direções da pesquisa ulterior. A partir desse paradigma, os estudos científicos por parte de ambientalistas têm sido projetados para deslegitimar a fraude e a fabricação de dados de corporações e lobbies da indústria química, projeções de mudanças climáticas, etc., orientando então para as saídas possíveis da crise planetária (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009). Com esse paradigma, é possível igualmente clarificar e sistematizar os conteúdos e conceitos que norteiam as práticas políticas de rebeldia e contestação dos ambientalistas, especialmente as já mencionadas na terceira seção (FILLIEULE & TARTAKOWSKY, 2013; CARDON & GRANJON, 2013), pois são elas que desafiam as certezas neoliberais e trazem conteúdos de altíssima reflexividade. Em muitos casos, são responsáveis por introduzir o inusitado no cotidiano, como a luta festiva, a guerrilha semiótica, um tipo de atividade que reivindica o direito ao escárnio, a deturpação simbólica e paródica da informação, promovem a cultura da competição política, deslocando o centro de gravidade do debate público para os espaços mais diversificados, mais críticos e muito mais autônomos em comparação com o espaço formal da política internacional.

Referências

- A RIO + QUE NÃO QUEREMOS (2012). Publicada em [<https://www.sosma.org.br/10076/o-futuro-que-nao-queremos/>]. Disponibilidade: 14/04/2017.
- ACSELRAD, H. (2013). Desigualdade ambiental, economia e política. **Revista Astrolabio**, 11.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C.C.A.; BEZERRA, G.N. (2009). **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond.
- ALEXANDRE, A. F. (2016a). Ambientalismo no Brasil: memória e cultura política . *In* LOUREIRO, C. F.; SÁNCHEZ, C.; ACCIOLY, I.B. & COSTA, R.N. (Orgs.). **Pensamento ambientalista numa sociedade em crise**. Rio de Janeiro: NUPEM/UFRJ.
- _____. (2016b). **L'écologie politique au Brésil**. Paris: L'Harmattan.
- ALIER, J. M. (1998). **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. FURB.
- _____. (2010). **O ecologismo dos pobres**. Rio de Janeiro: Contexto.
- AN ECOSOCIALIST MANIFESTO (2001), publicado em Ozleft [<http://members.optushome.com.au/spainter/Ecosocialist.html>]. Disponibilidade: 14/04/2017.

- BECK, U. (1992). **The risk society: Towards a new modernity**. Londres: Sage.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (1995). **Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order**. London : Polity Press.
- BELL, D. (2000). A cultura política da sustentabilidade. In KRISCHKE, P. (Org.). **Ecologia, juventude e cultura política**. Florianópolis: Ed. UFSC.
- CAFIN, P. e STAIME, P. (2015). **Climat : 30 questions pour comprendre la Conférence de Paris**. Paris : Les Petits matins.
- CARDON, D. ; GRANJON, F. (2013). **Médiactivistes**. Paris: SciencesPo Les Presses.
- CASTELLS, M. (2007). Communication, power and counter-power in the network society. **International Journal of Communication**, 1: 238-266.
- _____. (2013a). **Communication et pouvoir**. Paris : Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- _____. (2013b) **La sociabilidad real se da hoy en Internet**. Entrevista ao Jornalista Horacio Bilbao, publicada em Clarín.com, [http://www.revistaen.clarin.com/ideas/Manuel-Castells-sociabilidad-real-hoy-Internet_0_967703232.html]. Disponibilidade: 20/11/2016.
- CATTANI, A. D. (2003). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz.
- COHEN, J. (2003). Sociedade civil e globalização: repensando categorias.: **Revista Dados**, 46 (3): 419-459. ECKERSLEY, R. (1992). **Environmentalism and Political Theory: toward and ecocentric approach**. London: UCL Press.
- FILLIEULE, O. ; TARTAKOWSKY, D. (2013). **La manifestation**. Paris: SciencesPo Les Presses.
- GIDDENS, A. (1990). **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP.
- GLOBAL WITNESS (2017). Publicado em [https://www.globalwitness.org/en/]. Disponibilidade: 14/04/2017.
- GREENPEACE (2008a). **Lista vermelha de bolso**, publicada em Greenpeace Portugal [http://www.greenpeace.org/portugal/pt/relatorios/Lista-vermelha-de-bolso-leva-a-sempre-contigo]. Disponibilidade: 14/04/2017.
- _____. (2008b). **Modelo de política sustentável e responsável de peixe para supermercado**, publicado em Greenpeace Portugal, [http://www.greenpeace.org/portugal/pt/O-que-fazemos/Campanha-Dos-Oceanos-Mercados-em-Portugal/FAQ/]. Disponibilidade: 14/04/2017.
- _____. (2010). **Activistas da Greenpeace bloquearam a entrada do Pingo Doce do Cais do Sodré em Lisboa**, publicado em Greenpeace Portugal [http://www.greenpeace.org/portugal/pt/noticias/Activistas-da-Greenpeace-bloquearam-a-entrada-do-Pingo-Doce-do-Cais-do-Sodre-em-Lisboa/]. Disponibilidade: 14/04/2017.
- GRAJEW, O. (2011). O Fórum Social Mundial e as surpresas. **Folha de S. Paulo**, 25 de março de 2011. Publicado em [http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2503201107.htm]. Disponibilidade: 26/12/2016.

- GRAMSCI, A. (1999-2002). *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HABERMAS, J. (1981). New social movements. **Télos**, (49):33-37..
- _____(1984). **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70.
- _____(1997). **Direito e democracia: Entre facticidade e validade**, vols. I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro..
- HAYES, G. ; OLLITRAULT, S. (2013). **La désobéissance civile**. Paris: SciencesPo Les Presses.
- INGLEHART, R. (1997). **Modernization and postmodernization: cultural, economic and political change in 43 societies**. Princeton: Princeton University Press.
- JOURNES, C. (1979). Les idées politiques du mouvement écologique. **Revue française de science politique**, 29 (2) : 230-254.
- KRISCHKE, P. (Org.). (2000). **Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do cone sul**. Florianópolis: Editora UFSC.
- LATOUCHE, S. (2004). Desenvolvimento é insustentável. **Revista IHU On-line**, 100, 10 de maio.
- _____(2012). **O desafio do decrescimento**. Lisboa: Piaget.
- LEFF, E. (2001). **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez.
- LEIS, H. (1991). **Ecologia e Política Mundial**. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (1996). **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo-Blumenau: Editora da Furb e Editora Gaia.
- MARCUSE, H. (1999). **Eros e civilização. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: LTC.
- MORIN, E. (1996). **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Europa-América.
- OGIEN, A. (2015). Democracia como reivindicação e como forma de vida. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, 12 (2): 279-300, jul/dez.
- OGIEN, A.; LAUGIER, S. (2014). **Le principe démocratie: enquête sur les nouvelles formes du politique**. Paris: La Découverte.
- PATERSON, M. (2000). **Understanding global environmental politics: domination, accumulation, resistance**. Ottawa: Macmillan.
- RAWLS, J. (1992). Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. **Lua Nova**, 25.
- ROSENTAL, C. (2011). Eco-demos: using public demonstrations to influence and manage environmental choices and politics. Paris: Institute Marcel Mauss – Centre d'étude des mouvements sociaux, Occasional papers 3.
- _____. (2013). Toward a sociology of public demonstrations. **Sociology theory**, 31(4) 343–365.. _____
- SABOURIN, E. (2009). **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond.

SHARP, G. (1984). **The politics of nonviolent action. Part one: power and struggle.** Boston: Porter Sagent Publishers.

_____. (1994a). **The politics of nonviolent action. Part two: the methods of nonviolent action.** Boston: Porter Sagent Publishers.

_____. (1994b). **The politics of nonviolent action. Part three: the dynamics of nonviolent action.** Boston: Porter Sagent Publishers.

STOMPKA, P. (2009). Robert Merton. *In* SCOTT, J. (Org.). **50 Grandes sociólogos contemporâneos.** São Paulo: Contexto.

VIEIRA, L. (2001). **Os argonautas da cidadania: A sociedade civil na globalização.** Rio de Janeiro: Record.

VIEIRA, P.F. (1992). A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). *In* VIEIRA, P.F. e HOGAN, D. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora da UNICAMP.

_____. (1993). Les sciences sociales et la problematique de l'environnement au Brésil (1980-1990). **Cahiers du Brésil Contemporain**,20: 15-48.

_____. (2007). Ecodesenvolvimento: do conceito à ação, de Estocolmo a Joanesburgo.. *In* SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, introdução.

VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. (2005). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências.** Florianópolis: APED/SECCO.

VIOLA, E. (1997). O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecológica. *In* PADUA, J.A. (Org.). **Ecologia e política.** Rio de Janeiro: IUPERJ.